

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.791 - SP (2019/0012613-4)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : GERTRUDES FARIA FERNANDES NOGUEIRA
ADVOGADO : LUCIMARA LEME BENITES - SP191443

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ fls. 303/304):

CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. DEVOLUÇÃO DE DAS VERBAS RECEBIDAS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. DESCABIMENTO. ENTENDIMENTO DO STF.

I - O prazo prescricional tem início com a violação do direito (artigo 189 do CC). No caso em questão, tal só ocorreu com a decisão definitiva proferida na ação rescisória (2015), tendo sido o pedido de restituição formulado ainda em 2015, não há que se falar em prescrição. Rejeito.

.II - A restituição pretendida pelo INSS é indevida, porquanto as quantias auferidas tiveram como suporte decisão judicial, inclusive com posterior com trânsito, portanto, com aptidão para concretizar os comandos nelas insertos.

III - Ademais, tal medida mostra-se descabida, em razão da natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Nesse sentido:

STF, ARE 734242, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJet de .08.09.2015.

IV - Tal entendimento não se descarta do princípio da vedação do enriquecimento sem causa, porquanto, ante o conflito de princípios concernente às prestações futuras (vedação do enriquecimento sem causa X irrepetibilidade dos alimentos), há que se dar prevalência à natureza alimentar das prestações, em consonância fundamentos do Estado Democrático de Direito: a, pessoa humana.

V - Preliminar arguida pela parte apelada em rejeitada. Apelação do INSS improvida.

Rejeitados os aclaratórios (e-STJ fls. 318/323).

Nas suas razões, o recorrente aponta preliminar de ofensa ao art. 535, II, do Código de Processo Civil/1973, ante o silêncio acerca das teses aventadas nos embargos de declaração.

No mérito, alega violação dos arts. 876, 884 e 885 do Código Civil e do art. 115, II, da Lei 8.213/91, entre outros, sustentando que é necessária a restituição dos valores recebidos indevidamente, ainda que presente a boa-fé.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 360/362.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que o recurso especial não merece prosperar.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/1973, esta Corte tem entendido que se aplica o óbice da Súmula 284 do STF quando a alegação de ofensa se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro (AgRg no AREsp 719.983/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 26/04/2016, e AgRg no AREsp 811.706/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), Segunda Turma, julgado em 07/04/2016, DJe 15/04/2016). Logo, não há que se falar em nulidade do acórdão que decidiu os aclaratórios.

Quanto à suposta infringência dos demais dispositivos invocados, é firme o entendimento desta Corte no sentido de que é incabível a devolução dos valores percebidos de boa-fé por força de decisão judicial transitada em julgado, ainda que esta venha a ser posteriormente desconstituída.

Nessa esteira:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA DESCONSTITUÍDA POR AÇÃO RESCISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECEBIMENTO DE BOA FÉ. 1. A decisão agravada foi publicada na vigência do CPC/1973. Deve, assim, incidir o teor do Enunciado Administrativo n. 2/STJ. (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Conforme decidido no EREsp 1.086.154/RS, da relatoria da Ministra Nancy Andrigli, julgado na Corte Especial, não há que se falar em devolução de valores pagos em decorrência de sentença definitiva, haja vista a existência de boa fé do recebedor e da estabilização da expectativa.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 254.336/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 19/04/2018).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. AÇÃO RESCISÓRIA. DEVOLUÇÃO DE VALORES AO ERÁRIO. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento firmado no âmbito do STJ, segundo o qual é incabível a devolução de valores recebidos de boa-fé por força de decisão judicial transitada em julgado, mesmo que ela seja posteriormente desconstituída, pois reconhecidas a natureza alimentar da prestação e a presunção de boa-fé do segurado. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 820.594/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

